



AXIA
ENERGIA



Relatório da Administração 2025

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.



AXIA
ENERGIA



Fale com o RI

ri@axia.com.br
ri.axia.com.br

SUMÁRIO

1.	A Energia dos Ventos VII S.A.	7
2.	Desempenho Econômico-Financeiro	7
a-	Receita Operacional	8
b-	Custos e Despesas Operacionais	8
c-	Resultado Financeiro	9
d-	EBITDA Consolidado	9
3.	Política de Equidade	10

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 marcou um novo capítulo na trajetória da maior empresa de energia limpa do Hemisfério Sul. A Eletrobras agora é AXIA Energia, uma marca que nasce a partir de seu legado e representa a visão de futuro de uma Companhia orientada pela disciplina financeira, excelência operacional e geração consistente de valor. Desde a privatização temos executado com rigor um plano de transformação que combina foco no cliente, simplificação societária, modernização de processos, eficiência operacional, disciplina de capital, retomada dos investimentos e um posicionamento cada vez mais destacado no setor elétrico brasileiro.

Um dos principais benefícios advindos da privatização foi a retomada da capacidade de investimentos, com foco na resiliência, segurança e eficiência operacional. Em 2025, investimos R\$ 9,6 bilhões, um aumento de 18% em relação a 2024. Merecem destaque a modernização das usinas hidrelétricas, no segmento de geração, e o crescimento expressivo dos investimentos em reforços e melhorias no segmento de transmissão, atingindo nível recorde no ano.

O foco na ampliação da infraestrutura de transmissão ficou evidenciado pela participação ativa da AXIA Energia nos leilões do setor, nos quais a Companhia se destacou como uma das grandes vencedoras. Após mais de oito anos sem novas conquistas, voltamos a demonstrar competitividade, arrematando lotes nos leilões realizados em 2022, 2023, 2024 e 2025. A última participação vencedora anterior havia ocorrido no Leilão nº 007/2013, em 14 de novembro de 2013. Esse desempenho reforça o posicionamento da Companhia como protagonista no desenvolvimento do setor elétrico, com investimentos em transmissão que totalizam R\$ 13,7 bilhões para os próximos anos. O portfólio atual reflete um ciclo de investimentos sem precedentes, com cerca de 223 projetos de reforços e melhorias.

Desde a sua privatização, a AXIA Energia concluiu obras estratégicas, incluindo projetos paralisados há anos. Destaque para a linha Manaus–Boa Vista da Transnorte Energia – TNE que conectou o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), reduzindo a dependência de geração térmica, e para entrega do Parque Eólico Coxilha Negra. Em 2026, está prevista a conclusão de mais um projeto relevante: a revitalização do sistema HVDC (*high voltage direct current*) de Itaipu com investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões.

No último ano, continuamos a executar a estratégia de diversificação na base de fornecedores, contribuindo para a mitigação de riscos operacionais, o fortalecimento da competitividade, a resiliência da cadeia e principalmente aumentando os padrões de saúde e segurança. Esse avanço foi sustentado por processos de qualificação e avaliação de fornecedores, com ênfase em requisitos de saúde, segurança e meio ambiente. Ao ampliar e qualificar continuamente seus fornecedores, a AXIA Energia reduz dependências, estimula a concorrência, promove melhores condições comerciais, assegura maior capacidade de resposta às demandas dos projetos e das operações de forma cada vez mais segura.

Em 2025, vimos importantes mudanças no setor de energia. A migração de cerca de 21,7 mil consumidores para o mercado livre de energia se manteve em ritmo acelerado em 2025 e confirmou a consolidação do Ambiente de Contratação Livre. O mercado se apresenta como um ambiente estruturalmente volátil, complexo e cada vez mais orientado para a gestão de riscos. A complexidade da operação do sistema elétrico brasileiro, devido à crescente participação de fontes renováveis intermitentes, se traduz em maior volatilidade do preço, que não pode mais ser considerada um evento temporário, mas uma característica do mercado, exigindo dos agentes uma postura conservadora e maior disciplina financeira. O desafio de atendimento da ponta do sistema é crescente, nesse sentido, lançamos uma plataforma digital que permite aos clientes oferecerem sua energia para o Operador Nacional do Sistema nos horários de pico de consumo nacional. Esse é mais um exemplo de como a AXIA Energia é uma Companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Continuamos avançando o processo de simplificação e otimização da estrutura societária. Destaque para a assinatura do acordo para venda da participação na Eletronuclear para a J&F. Concluímos a alienação dos nossos ativos termelétricos, e com essa transação, a AXIA Energia

passou a deter um portfólio 100% renovável, em linha com seu compromisso *Net Zero 2030*. Adicionalmente, concluímos aquisições como: a SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A, UHE Colíder, Tijoá Energia e a Eletronet.

Essas operações estão em linha com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

A gestão financeira continuou como uma das prioridades da AXIA Energia, com a realização de importantes operações financeiras e a captação de recursos de cerca de R\$ 8 bilhões. A agência de *rating* Moody's elevou nossa classificação de risco reconhecendo os consistentes avanços na gestão da Companhia.

Seguimos a nossa metodologia de alocação de capital, baseada numa visão de alavancagem ampliada aplicada no horizonte dos próximos cinco anos. Com base na metodologia, o Conselho de Administração aprovou uma distribuição recorde de R\$ 8,3 bilhões em dividendos ao longo de 2025. Em dezembro, aprovamos a capitalização de R\$ 30 bilhões das reservas de lucro, mediante a emissão de ações preferenciais de classe "C" a título de bonificação, e criamos ações preferenciais imediata e compulsoriamente resgatáveis para os detentores de ações preferenciais classe A e B, de modo a preservar os direitos estatutários desses acionistas.

No âmbito da governança corporativa, destaca-se o anúncio da nossa intenção de migrar para o Novo Mercado, iniciativa que será submetida aos nossos acionistas nas Assembleias de 1º de abril de 2026, reforçando, o compromisso da Companhia com a adoção de elevados padrões de governança e transparência, bem como a homologação pelo Supremo Tribunal Federal do Termo de Conciliação firmado com a União, no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal.

No aspecto de sustentabilidade, a AXIA Energia manteve avanços relevantes em sua agenda ambiental e climática. A Companhia obteve a nota A do CDP - *Carbon Disclosure Project*, avaliação máxima que a posiciona entre as referências globais em transparência, ação climática e gestão ambiental. Adicionalmente, passamos a integrar o *S&P Global Sustainability Yearbook 2026, ranking* internacional que reconhece empresas com desempenho consistente e elevado em sustentabilidade. Firmamos o primeiro contrato de venda de créditos de carbono com o Banco do Brasil, que utilizará os créditos gerados pela usina Teles Pires.

A inovação consolidou-se como um pilar estratégico da AXIA Energia, apoiada pelo modelo que integra tecnologias e parcerias para acelerar o desenvolvimento de soluções em escala. Ao longo do ano, a Companhia investiu em inovação e tecnologia, com foco na digitalização dos ativos, uso de *analytics*, automação e inteligência artificial, gestão de riscos operacionais e climáticos, além do avanço em soluções como armazenamento de energia.

A área de Gente da AXIA Energia foi um dos pilares de sustentação do processo de transformação cultural da Companhia. Ao longo do ano, consolidamos o modelo de competências, alinhado à visão de longo prazo, à cultura de segurança e às exigências de um ambiente mais competitivo e orientado a resultados, passando a nortear os processos de gestão de desempenho, desenvolvimento de lideranças e engajamento dos times. Desdobramos metas distribuídas por todos os níveis hierárquicos da Companhia, medindo performance de forma organizada e consistente. Nesse sentido, a Companhia lançou o Programa de Compra de Ações permitindo que seus profissionais se tornassem acionistas. O programa contou com a adesão de 22% dos colaboradores, percentual relevante para programas dessa natureza, evidenciando o fortalecimento da cultura de dono e o alinhamento de longo prazo. A AXIA Energia agradece a confiança demonstrada por seus colaboradores, que acreditam na Companhia e em sua estratégia de crescimento sustentável.

Nossa prioridade permanece sendo a segurança e a saúde dos nossos colaboradores e prestadores de serviço. Mantivemos a trajetória de redução da taxa de acidentes com afastamento, que ficou 22,9% abaixo de 2024, ao mesmo tempo em que elevamos os padrões de segurança das operações. Seguimos investindo de forma contínua em treinamentos e em tecnologia, com o objetivo de tornar o ambiente de trabalho da AXIA Energia cada vez mais seguro.

Por fim, registramos nosso reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores da AXIA Energia, que, com dedicação e competência, foram fundamentais para as conquistas e avanços alcançados ao longo de 2025. Em um ano marcado por transformações relevantes, a atuação responsável, colaborativa e orientada a resultados de nossos times foi decisiva para fortalecer a cultura, elevar o nível de governança e sustentar a execução da estratégia da Companhia. Seguimos confiantes de que o engajamento e o protagonismo das nossas equipes continuarão sendo um diferencial para o crescimento sustentável da AXIA Energia e para a geração de valor consistente a todos os nossos *stakeholders*.



Vicente Falconi

Presidente do Conselho de Administração
da AXIA Energia



Ivan Monteiro

Presidente
da AXIA Energia



1. A ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

A SPE ENERGIA DOS VENTOS VII S.A (“SPE EDV VII”) pertencente ao COMPLEXO EÓLICO FORTIM, composto ainda pelas SPEs de geração eólica denominadas ENERGIA DOS VENTOS V S.A., ENERGIA DOS VENTOS VI S.A., ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A. e ENERGIA DOS VENTOS IX S.A., é uma companhia fechada, controlada pela BRASIL VENTOS ENERGIA S.A., com prazo de duração indeterminado, regida pelo Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Companhia tem como objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares referentes à Central Eólica Jandaia LTDA., localizada no Estado do Ceará, conforme descrito no Edital do Leilão 07/2011-ANEEL, nos termos da Portaria de Outorga de Autorização do Ministério de Minas e Energia – MME e do Contrato de Comercialização de Energia, celebrado entre a Sociedade e distribuidoras que declararam necessidade de Compra de Energia Elétrica ao MME, acompanhado no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Em operação desde o ano de 2020, com início de suprimento contratual no ambiente regulado desde novembro de 2019, a SPE EDV VII, bem como todo o Complexo Eólico Fortim, conta com máquinas da fornecedora Nordex Energy Brasil – Comércio e Indústria de Equipamentos Ltda, financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), e estrutura de transmissão própria de cerca de 69Km, em 230kV, que se conecta ao Bay de Conexão na Subestação Russa II.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas em estrita observância às normas contábeis vigentes para aquela data, tendo sido auditadas pela empresa PwC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., que emitiu Relatório sem ressalvas.

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2025, avaliação com o objetivo de identificar a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos ou de contratos onerosos, em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com base nessa avaliação, e considerando as informações disponíveis na data-base, não foram identificados indicadores (gatilhos) que indicassem a necessidade de realização de testes de recuperabilidade dos ativos ou de constituição de provisão para contratos onerosos, não havendo, portanto, necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, destacamos a variação dos principais índices financeiros para o exercício de 2025 em comparação com 2024:



Tabela 1. Resultado 2025 (R\$ milhões)

DRE	31.12.2025	31.12.2024	%
ROL	22.846	13.644	67%
PMSO	(5.805)	(5.688)	-2%
PROVISÕES	-	-	0%
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(6.411)	(6.420)	0%
RESULTADO FINANCEIRO	(6.350)	(7.092)	10%
RESULTADO LÍQUIDO	3.023	(5.904)	151%
EBITDA	17.041	7.956	114%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.284	19.261	16%
DÍVIDA LÍQUIDA	102.006	110.946	-8%
ENDIVIDAMENTO	4,58	5,76	-21%
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(1.115)	(10.874)	99%

a- Receita Operacional

A receita operacional líquida em 2025 foi de R\$ 22,8 milhões, 67 % maior que a receita de 2024, de R\$ 13,6 milhões.

A Receita Operacional fixa dos CCEARs foi recebida em sua integralidade, sem inadimplimento por parte das distribuidoras.

Tabela 2. Receita operacional de Geração (R\$ milhões)

31/12/2025				
Venda de energia	Ressarcimento	Total Receita Bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita líquida
25.116	(13)	25.103	(2.256)	22.846
25.116	(13)	25.103	(2.256)	22.846
31/12/2024				
Venda de energia	Ressarcimento	Total Receita Bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita líquida
24.342	(8.533)	15.809	(2.165)	13.644
24.342	(8.533)	15.809	(2.165)	13.644

b- Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais foram de R\$ 10,1 milhões em 2025, um aumento de 15% em comparação aos R\$ 8,9 milhões de 2024, impactados principalmente pela renegociação dos contratos de manutenção do Complexo e pelo contrato de compra de energia elétrica por alteração no perfil de exposição ao mercado de curto prazo em 2025.



Tabela 3. Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada (*)	(798)	-
Depreciação e amortização	(6.403)	(6.417)
Encargos setoriais	(126)	(111)
Operação e manutenção de usinas	(2.869)	(2.373)
Total	(10.196)	(8.901)

Despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal (a)	(719)	(1.253)
Materiais	(28)	(11)
Serviços de terceiros	(789)	(633)
Tributos	(78)	(73)
Depreciação	(8)	(3)
Seguros	(350)	(429)
Perdas com ações judiciais cíveis	-	(677)
Outras receitas / (Despesas)	(48)	(128)
Total	(2.020)	(3.207)

As despesas operacionais foram impactadas principalmente pela redução do pessoal, pela reestruturação administrativa realizada desde 2024.

c- Resultado Financeiro

O resultado financeiro é impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os empréstimos, conforme demonstrado:

Tabela 4. Resultado Financeiro (R\$ milhões)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	2.397	1.494
Receita de aplicação financeira	2.513	1.566
Pis Cofins sobre a receita financeira	(116)	(82)
Despesas Financeiras	(8.747)	(8.586)
Encargos s/ Empréstimos BNB	(6.656)	(7.138)
Variação monetária	(1.311)	(1.063)
Juros sobre arrendamentos	(746)	(315)
IOF	(28)	(57)
Tarifas bancárias	(6)	(13)
Total	(6.350)	(7.092)

d- EBITDA Consolidado

Em 2025, o EBITDA atingiu R\$ 15,7 milhões, uma aumento de 107% em comparação ao ano anterior. Esse desempenho decorreu, principalmente, pela variação das provisões operacionais de ENERGIA DOS VENTOS VII S.A. - Relatório da Administração 2025


AXIA ENERGIA

ressarcimentos além do contrato intercompany de venda de energia excedente.

Tabela 5. EBITDA (R\$ milhões)

	2025	2024	%
Resultado do Exercício, operação Continuada	3.023	(5.904)	151%
+ Imposto de Renda e Contribuição Social	1.257	348	0%
+ Resultado Financeiro	6.350	7.092	-10%
+ Amortização e Depreciação	6.411	6.420	0%
= EBITDA	17.041	7.956	107%

3. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Companhia observa princípios de igualdade de oportunidades, meritocracia e não discriminação em seus processos internos de recrutamento, desenvolvimento e remuneração, em conformidade com a legislação aplicável e com suas práticas internas de governança. Em atendimento ao disposto nos incisos I a IV do §6º do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, a Companhia apresenta as seguintes informações.

Em 2024, a Companhia tinha 03 empregados com nível superior, sendo 01 de sexo masculino e 02 do sexo feminino. Em 2025, a Companhia tinha 02 empregados com nível superior, sendo 01 do sexo masculino e 01 do sexo feminino.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026.



Relações com Investidores

ri@axia.com.br

www.axia.com.br

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Energia dos Ventos VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos VII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Energia dos Ventos VII S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Energia dos Ventos VII S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026

Pricewaterhousecoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Karen Simões Barbieri
Assinado por: Karen Simões Barbieri 22330912880
CPF: 22330912880
DataHora da Assinatura: 12 May 2026 11:50 BRT
© iSP Brasil. CRI Certificado Digital PP A1
C: BR
Emissão: AC SyntexID Multiple
8760788F6A8468

Karen Simões Barbieri
Contadora CRC 1SP253455/O-1

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.068	16.136
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	3.160	2.524
Despesas antecipadas		-	402
Outros		255	8
		<u>25.483</u>	<u>19.070</u>
Não circulante			
Fundo vinculado	5	6.038	6.003
Tributos a compensar		1.038	1.157
Imobilizado	8	110.082	116.001
Direito de uso – arrendamento	9	6.104	6.363
Intangível	10	3.651	3.752
		<u>126.913</u>	<u>133.276</u>
Total do ativo		<u>152.396</u>	<u>152.346</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo</u>			
Circulante			
Fornecedores		510	514
Obrigações sociais e trabalhistas		100	64
Empréstimos e financiamentos	11	8.677	8.560
Arrendamentos	12	736	370
Obrigações tributárias		759	301
Provisão para ações judiciais	13.1	1.622	1.622
Provisão para ressarcimento	13.2	14.194	18.513
		<u>26.598</u>	<u>29.944</u>
Não circulante			
Arrendamentos	12	6.113	6.525
Empréstimos e financiamentos	11	87.613	92.100
Provisão para ressarcimento	13.2	9.775	4.501
Outros		13	16
		<u>103.514</u>	<u>103.142</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14	74.980	74.980
Prejuízos acumulados		(52.696)	(55.719)
		<u>22.284</u>	<u>19.261</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>152.396</u>	<u>152.346</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	15	22.846	13.644
Custo operacional	16	(10.196)	(8.901)
Despesa operacional	17	(2.020)	(3.207)
Lucro antes do resultado financeiro		10.630	1.536
Resultado financeiro líquido	18		
Receitas financeiras		2.397	1.494
Despesas financeiras		(8.747)	(8.586)
		(6.350)	(7.092)
Resultado antes dos impostos		4.280	(5.556)
Contribuição social	19	(339)	(98)
Imposto de renda	19	(918)	(250)
		(1.257)	(348)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.023	(5.904)
Resultado por ação (básico e diluído) - em reais	14.1	0,03	(0,07)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.023	(5.904)
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>3.023</u>	<u>(5.904)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>74.980</u>	<u>(49.815)</u>	<u>25.165</u>
Prejuízo do exercício	-	(5.904)	(5.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>74.980</u>	<u>(55.719)</u>	<u>19.261</u>
Lucro do exercício	-	3.023	3.023
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>74.980</u>	<u>(52.696)</u>	<u>22.284</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos		4.280	(5.556)
Ajustados por:			
Depreciação/amortização	8, 9 e 10	6.411	6.420
Encargos financeiros, líquidos	11	6.656	7.138
Atualização financeira	5	(751)	(490)
Variação monetária sobre ressarcimentos		941	1.063
Juros sobre arrendamento		370	315
Baixa de ativo imobilizado	8	42	-
Provisão para ressarcimento – CCEAR		3.355	8.533
Resultado ajustado		21.304	17.424
(Aumento) redução nos ativos			
Tributos a compensar		119	(391)
Despesas antecipadas		402	(10)
Depósito judicial		-	-
Outros		(246)	15
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(636)	942
		(361)	556
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(4)	419
Obrigações sociais e trabalhistas		36	(133)
Obrigações tributárias		458	23
Ressarcimentos pagos		(3.341)	(1.376)
Outras obrigações		(2)	717
		(2.853)	(350)
Caixa gerado nas atividades operacionais		18.090	17.630
Juros Pagos		(6.933)	(7.262)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.257)	(348)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		9.900	10.020
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Fundos vinculados		716	1.146
Adições do ativo imobilizado	8	(156)	(774)
Adições do ativo intangível	10	(19)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		541	372
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento		(416)	(364)
Amortização de empréstimos	11	(4.093)	(3.727)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(4.509)	(4.091)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.932	6.301
Caixa e equivalentes no início do exercício		16.136	9.835
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	22.068	16.136
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.932	6.301

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energia dos Ventos VII S.A. (“Companhia” ou “SPE”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Graça Aranha, 26 – 11º Andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria MME nº 458 de 08 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 09 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 27 MW de potência total instalada e com 14,10 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

A Companhia é controlada diretamente pela Brasil Ventos Energia S.A. (“BVE”) e indiretamente pela Axia Energia S.A..

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.116 (R\$ 9.717 em 31 de dezembro de 2024). A Controlada conta com geração de caixa futura proveniente de contratos firmes de vendas de energia.

1.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2026.

2 Resumo das práticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão elencadas a seguir:

2.1 Bases de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), IFRS International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relatório Financeiro), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições normativas da Agência Nacional Energia Elétrica - ANEEL, onde aplicáveis e quando não conflitantes com o CPC, bem como

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

b. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.j.

3 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas das demonstrações contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas pela Companhia, mantendo a uniformidade.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável, em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens.

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, e leva em consideração o prazo estimado da concessão. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2025, avaliação com o objetivo de identificar a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos ou de contratos onerosos, em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com base nessa avaliação, e considerando as informações disponíveis na data-base, não foram identificados indicadores (gatilhos) que indicassem a necessidade de realização de testes de recuperabilidade dos ativos ou de constituição de provisão para contratos onerosos, não havendo, portanto, necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

h. Arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes.

i. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

j. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

Para o reconhecimento da receita é considerado cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso da Companhia, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de suprimento da Companhia proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a CCEE, ajustada mensalmente pela energia efetivamente gerada.

k. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas,

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para ações judiciais

A Companhia reconhece provisão para ações judiciais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

c) Ressarcimentos

A Companhia reconhece provisão para ressarcimento de seus contratos vigentes frente a sua efetiva geração de energia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.2.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

I. Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis emitidas, mas ainda não vigentes

As revisões normativas vigentes para o exercício iniciado em 2025 não resultaram em efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

m.
n.

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva,
CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade.	01/01/2025, aplicação retrospectiva,

Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiro	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação para subsidiárias que não possuem responsabilidade pública, permitindo que elas apliquem integralmente as normas IFRS, com simplificação na divulgação de notas explicativas.	01/01/2027
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação da demonstração de resultado, mas também refletirá, com menor impacto, o balanço patrimonial, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma nas futuras divulgações de informações contábeis.

Para as outras normas citadas, bem como para as alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou que se tornarão aplicáveis após o exercício de 2025, a Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

m) Reforma tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, substitui as cobranças de PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e parte do IOF por um sistema de IVA repartido em duas competências (IVA dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS (federal) e Imposto sobre Bens e Serviços - IBS (estadual e municipal), além do Imposto Seletivo - IS, de competência federal. A transição começou em 2026, ano conhecido como "período de testes", com alíquotas de referência de 0,1% para IBS e 0,9% para CBS, sem, contudo, recolhimento efetivo, mas com exigência de emissão de nota fiscal no novo padrão XML e potencial cumprimento de outras obrigações acessórias. A partir do ano de 2027 se inicia a cobrança da CBS, enquanto o ICMS e o ISS serão substituídos pelo IBS até 2033, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para os contribuintes. Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade da

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, foram realizadas adequações de sistemas e cadastros, revisões operacional e contratual e treinamentos de pessoal quanto aos impactos para as operações da empresa. Ademais, estão em curso estudos com o objetivo de avaliar eventuais impactos prospectivos da nova legislação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa equivalente de caixa as aplicações financeiras que possuem característica de aplicação de curto prazo mantidas no Banco do Brasil com a finalidade de satisfazer compromisso rotineiros e com objetivo de remunerar o saldo diário na estimativa de 100% do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	57	20
Aplicação financeira	22.011	16.116
Total	<u>22.068</u>	<u>16.136</u>

5 Fundo vinculado

	<u>31/12/2024</u>	<u>Resgate</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2025</u>
Aplicação financeira	6.003	(716)	751	6.038
Total	<u>6.003</u>	<u>(716)</u>	<u>751</u>	<u>6.038</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Resgate</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicação financeira	6.659	(1.146)	490	6.003
Total	<u>6.659</u>	<u>(1.146)</u>	<u>490</u>	<u>6.003</u>

Refere-se aos valores transferidos pela Companhia para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os Saldos das contas a receber está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes	3.160	2.524
Total	<u>3.160</u>	<u>2.524</u>

O prazo médio de recebimento é de 45 dias, não há inadimplência ou expectativa de não recebimento, e, portanto, não houve a necessidade de constituir perdas para créditos de liquidação duvidosa.

7 Tributos a compensar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IR	743	862
CSLL	295	295
Total	<u>1.038</u>	<u>1.157</u>

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**8 Imobilizado**

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado em curso		
Máquinas e equipamentos	1.236	1.690
Sistema de transmissão de conexão	109	-
Imobilizado em serviço		
Máquinas e equipamentos	94.110	99.134
Sistema de transmissão de conexão		
Máquinas e equipamentos	14.592	15.160
Móveis e utensílios	35	17
Total	110.082	116.001

Movimentações no ativo imobilizado:

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2025
Administração - imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos		1.690	46	(43)	-	(457)	1.236
Sist transmissão e conexão		-	109	-	-	-	109
Usinas - imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	99.134	-	-	(5.489)	465	94.110
Sistema de transmissão de conexão							
Máquinas e equipamentos	2,50 a 6,67	15.160	-	-	(539)	(29)	14.592
Móveis e utensílios	6,25	17	-	-	(3)	21	35
(-) Impairment		-	-	-	-	-	-
		116.001	155	(43)	(6.031)	-	110.082

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024
Administração - imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos		916	774	-	1.690
Usinas - imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	104.472	-	(5.338)	99.134
Sistema de transmissão de conexão					
Máquinas e equipamentos	2,50 a 6,67	15.699	-	(539)	15.160
Móveis e utensílios	6,25	19	-	(2)	17
(-) Impairment		-	-	-	-
		121.106	774	(5.879)	116.001

9 Direito de uso - arrendamento

Os detalhes do direito de uso da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Terrenos – arrendamento	6.104	6.363
Total	6.104	6.363

Movimentações no ativo imobilizado:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Média (%)</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Remensuração</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2025</u>
Terrenos – arrendamento		6.363	-	(259)	6.104
		6.363	-	(259)	6.104

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Média (%)</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Remensuração</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2024</u>
Terrenos – arrendamento		6.804	(169)	(272)	6.363
		6.804	(169)	(272)	6.363

10 Intangível**a. Composição dos saldos:**

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Em curso – softwares	19	-
Em serviço		
Servidões	1.017	1.017
Cessão de direitos	2.615	2.735
Total	3.651	3.752

b. Movimentações dos saldos:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Amortização</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2025</u>
Em curso – softwares	-	-	19	19
Em Serviço				
Servidões	1.017	-	-	1.017
Cessão de direitos	2.735	(120)	-	2.615
Total	3.752	(120)	19	3.651

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2024</u>
Em Serviço			
Servidões	1.017	-	1.017
Cessão de direitos	2.855	(120)	2.735
Total	3.872	(120)	3.752

11 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos é apresentada como segue:

<u>Empréstimo</u>	<u>CTR nº</u>	<u>Parcela</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	nº 187.2018.536.4958	Circulante	8.677	8.560
		Não circulante	87.613	92.100
		Total	96.290	100.660

O saldo do endividamento do principal e encargos do circulante e não circulante tem seus vencimentos assim programados:

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Descriativo	31/12/2025	31/12/2024
	Moeda nacional	
2025	-	8.560
2026	8.677	4.487
2027	4.907	4.907
2028	5.361	5.361
Após 2028	77.345	77.345
Total	96.290	100.660

O contrato de financiamento com o BNB, possui a dívida incidente ade taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) que é apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor conforme cláusula nona dos contratos.

Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a. além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O garantidor das operações de empréstimos é Axia Energias, além dos valores transferidos pela Companhia para conta Reserva de liquidez (Fundo vinculado – Nota Explicativa nº5) de titularidade da SPE no BNB.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

O pagamento dos encargos se dá da seguinte maneira: trimestral, durante o período de carência fixado em 36 meses, e mensal, durante o período de amortização juntamente com as prestações vincendas de principal, conforme parágrafo primeiro da cláusula nona do contrato. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía cláusulas restritivas (covenants) relacionadas a seus contratos de empréstimos.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Banco	Contrato	Circulante					Não circulante			Saldo do empréstimo em 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Transferência	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Transferência p/ circulante	Saldo em 31/12/2025	
BNB	n° 187.2018.536.4958	8.560	4.487	6.656	(11.026)	8.677	92.100	(4.487)	87.613	96.290
		8.560	4.487	6.656	(11.026)	8.677	92.100	(4.487)	87.613	96.290

Banco	Contrato	Circulante					Não circulante			Saldo do empréstimo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Transferência	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Transferência p/ circulante	Saldo em 31/12/2024	
BNB	n° 187.2018.536.4958	8.287	4.124	7.138	(10.989)	8.560	96.224	(4.124)	92.100	100.660
		8.287	4.124	7.138	(10.989)	8.560	96.224	(4.124)	92.100	100.660

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

12 Arrendamentos

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do locar a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

	31/12/2024	Pagamento	Juros	31/12/2025
Arrendamentos a pagar	6.895	(416)	370	6.849
Total	6.895	(416)	370	6.849

	31/12/2023	Pagamento	Remensuração	Juros	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	6.937	(364)	7	315	6.895
Total	6.937	(364)	7	315	6.895

	31/12/2025	31/12/2024
Parcela circulante	736	370
Parcela não circulante	6.113	6.525
Total	6.849	6.895

A taxa de desconto utilizada para o passivo de arrendamento foi de 5,36% em 31 de dezembro de 2025 (5,75% em 31 de dezembro de 2024).

13 Provisões

13.1 Provisões para ações judiciais e depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis (a)	1.622	1.622
	1.622	1.622
Parcela circulante	1.622	1.622
Parcela não circulante	-	-
Total	1.622	1.622

- (a) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT.EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a contratada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante, entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além da contestação às penalidades

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

contratuais que lhes foram aplicadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui as seguintes ações judiciais com prognóstico de perda possível a serem divulgadas:

Ação de cobrança de ISS-Retenção, relativos aos exercícios de 03/2020 até 12/2020 e 03/2021, vez que o contribuinte teria deixado de recolher nos termos da Lei Complementar nº 010/2013. A probabilidade de perda é classificada como possível com valor total de R\$ 399 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2024).

Trata-se de cobrança de autuação por descumprimento do prazo de entrega do RAMA, de acordo com a determinação da autoridade ambiental. A probabilidade de perda é classificada como possível com valor total de R\$ 85 em 31 de dezembro de 2025.

13.2 Provisão para ressarcimento

A Companhia possui Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado “CCEAR” que opera contratos de venda de energia do Leilão ANEEL Nº 007/2011 nos termos da sua Resolução RES-1138/2011, datada de 08 de dezembro de 2011, que estabelecem que sejam apuradas ao em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios, conforme as regras descritas a seguir:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio, contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente.

Insuficiência de Fornecimento – Quadriênio: Parcela negativa carregada para os anos seguintes, limitadas em até 10% do fornecimento contratado – CCEAR, devendo, as insuficiências de fornecimento anual limitada a 10% da energia comercializada, ser quitada ao final de cada quadriênio, por meio de desconto na receita de venda, apurada pela CCEE;

Insuficiência de Fornecimento – Anual: Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado, percentual esse de 10% que reflete a insuficiência quadrienal, conforme esclarecido em (a), que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano subsequente;

Os pagamentos, descontos realizados pela CCEE, foram suspensos em face de diversos geradores de energia terem entrado com processos de constrained-off, , maiores detalhes na nota explicativa 22(c), contestando insuficiências de fornecimento que lhes foram imputadas, mas que decorreram de restrições impostas pelo ONS.

Os valores são corrigidos pela Companhia utilizando o IPCA a partir do fim de cada período de apuração, tendo o valor de R\$ 941 de atualização financeira em 31/12/2023.

A Companhia também estimou com base na geração até o momento, seu balanço energético do segundo quadriênio para fazer frente aos contratos por ela assumido. O resultado das apurações do balanço energético desde o primeiro quadriênio está apresentado conforme segue:

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Parcela circulante	14.194	18.513	Saldo inicial	23.014	14.793
Parcela não circulante	9.775	4.501	Provisão	3.355	8.533
Total	23.969	23.014	Atualização	941	1.064
			Pagamento	(3.341)	(1.376)
			Saldo final	23.969	23.014

14 Patrimônio líquido

A composição acionária do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é a seguinte:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	RS mil	% do capital social	Quantidade de ações	RS mil	% do capital social
Brasil Ventos Energia S.A.	86.980.000	74.980	100,00%	86.980.000	74.980	100,00%
	86.980.000	74.980	100,00%	86.980.000	74.980	100,00%

14.1 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 está demonstrado conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	3.023	(5.904)
Número de ações	86.980	86.980
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	0,03	(0,07)

15 Receita operacional líquida

31/12/2025				
Venda de energia	Ressarcimento (a)	Total Receita Bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita líquida
25.116	(13)	25.103	(2.256)	22.846
25.116	(13)	25.103	(2.256)	22.846
31/12/2024				
Venda de energia	Ressarcimento (a)	Total Receita Bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita líquida
24.342	(8.533)	15.809	(2.165)	13.644
24.342	(8.533)	15.809	(2.165)	13.644

(a) **Ressarcimentos dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - "CCEAR"**: A Companhia provisionou até 31/12/2025 o valor de R\$ 13 (R\$ 8.533 em 31

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

de dezembro de 2024), como redutora de sua receita bruta, os ressarcimentos calculados sobre a energia contratual não gerada anualmente e no primeiro ciclo quadrienal dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - “CCEAR”.

16 Custo operacional

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Energia elétrica comprada (*)	(798)	-
Depreciação e amortização	(6.403)	(6.417)
Encargos setoriais	(126)	(111)
Operação e manutenção de usinas	<u>(2.869)</u>	<u>(2.373)</u>
Total	<u>(10.196)</u>	<u>(8.901)</u>

(*) Compra de energia elétrica por alteração no perfil de exposição ao mercado de curto prazo em 2025.

17 Despesas operacionais

As despesas operacionais referem-se à gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal (a)	(719)	(1.253)
Materiais	(28)	(11)
Serviços de terceiros	(789)	(633)
Tributos	(78)	(73)
Depreciação	(8)	(3)
Seguros	(350)	(429)
Perdas com ações judiciais cíveis	-	(677)
Outras receitas / (Despesas)	<u>(48)</u>	<u>(128)</u>
Total	<u>(2.020)</u>	<u>(3.207)</u>

(a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira.

O Conselho de Administração foi destituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2018, conforme autorização dada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em conformidade com o previsto no art. 31 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, passando a Diretoria a ser o único órgão da administração, visando a racionalização de recursos com as estruturas societárias do empreendimento.

Em relação, à remuneração dos administradores, houve renúncia ao recebimento de remuneração pelo desempenho de suas atividades, em razão do compartilhamento de mandato com sua Controladora.

Em atendimento ao CPC 05 apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(719)	(1.253)
Remuneração	(436)	(698)

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Encargos	(152)	(294)
Outros benefícios	(131)	(261)
Conselheiros	-	-
Honorários	-	-
Total	(719)	(1.253)

18 Resultado financeiro

O resultado financeiro é impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os empréstimos (Nota Explicativa nº 11), conforme demonstrado:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas Financeiras	2.397	1.494
Receita de aplicação financeira	2.513	1.566
Pis Cofins sobre a receita financeira	(116)	(82)
Despesas Financeiras	(8.747)	(8.586)
Encargos s/ Empréstimos BNB	(6.656)	(7.138)
Variação monetária	(1.311)	(1.063)
Juros sobre arrendamentos	(746)	(315)
IOF	(28)	(57)
Tarifas bancárias	(6)	(13)
Total	(6.350)	(7.092)

19 IRPJ e CSLL

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	4.280	(5.556)
(-) Exclusão - <i>Provisão</i>	1.103	6.598
(-) Compensação prejuízo fiscal	(1.615)	-
(=) Base de cálculo	3.768	1.042
Contribuição social – 9%	(339)	(98)
Imposto de renda – 25%	(918)	(250)
	(1.257)	(348)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. A companhia detém R\$ 4.350 de créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.496 em 31 de dezembro de 2024).

20 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativo Financeiros</u>		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	22.068	16.136
Consumidores, concessionárias e permissionárias	3.160	2.524
Fundo vinculado	6.038	6.003
	<u>31.266</u>	<u>24.663</u>
<u>Passivo Financeiros</u>		
Custo amortizado		
Fornecedores	510	510
Empréstimos e financiamentos	96.290	92.100
	<u>96.800</u>	<u>92.610</u>

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e índices de mercado, de liquidez e regulatório. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Considerando-se que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, os principais fatores de risco que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(i) Risco de taxa de juros e índices de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem os contratos de venda de energia, as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Fluxo nominal de pagamento de empréstimos

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

2026	9.142
2027	5.170
2028	5.648
Após 2028	81.491
	101.451

(iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

21 Estrutura de Gerenciamento de riscos**a. Gestão de Capital**

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

b. Gestão de Risco

No período de suas atividades, construção, operação e manutenção do Parque Eólico Fortim, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Parque Eólico.

c. Gestão de Risco Setorial (*Constrained-off* de usinas eólicas)

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Em janeiro de 2023, a CCEE por meio do Comunicado 039/2023 divulgou a frustração de geração devido a energia não fornecida por *constrained-off* para as fontes eólica.

Em dezembro de 2024, a ANEEL aprovou o aprimoramento das Regras de Comercialização aplicáveis ao tema, com alterações nos módulos de Encargos, Consolidação de Resultados, Receita de Venda de CCEAR e Energia de Reserva. As mudanças foram resultado da Consulta Pública nº 22/2022, que contou com contribuições de diversos agentes do setor.

Por fim, em novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que promoveu alterações no marco regulatório do setor elétrico, reforçando diretrizes de segurança energética, previsibilidade regulatória e aprimoramento dos mecanismos de comercialização e liquidação no setor. A referida lei conferiu maior estabilidade institucional às regras de comercialização e aos mecanismos de compensação e ressarcimento associados a restrições operativas, servindo como fundamento legal para a consolidação e a aplicação das normas infralegais editadas pela ANEEL e operacionalizadas pela CCEE no âmbito do *constrained-off*.

Luiz Eduardo Marques Moreira
Diretor Administrativo - Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico



Caroline Amaral Becker
Contadora
CRC/SC 031685/O-3

Certificate Of Completion

Envelope Id: 397FD8B4-EE75-8A27-80AD-C75922903683

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DF e relatório do auditor EVD VII.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 41

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Ricardo Costa@pwc.com

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

ricardo.costa@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

12 May 2026 | 18:47

Holder: Ricardo Costa@pwc.com

ricardo.costa@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

12 May 2026 | 18:51

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Karen Simões Barbieri

karen.barbieri@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Subject: CN=Karen Simoes Barbieri:22336912880

Signature

DocuSigned by:

8769788F6A884B6...

Timestamp

Sent: 12 May 2026 | 18:49

Viewed: 12 May 2026 | 18:49

Signed: 12 May 2026 | 18:50

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.160.2

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Ricardo Costa@pwc.com

ricardo.costa@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 12 May 2026 | 18:51

Viewed: 12 May 2026 | 18:51

Signed: 12 May 2026 | 18:51

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
---------------------------	---------------	------------------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	12 May 2026 18:49
Certified Delivered	Security Checked	12 May 2026 18:49
Signing Complete	Security Checked	12 May 2026 18:50
Completed	Security Checked	12 May 2026 18:50

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------